

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanços patrimoniais

QUADRO 2 – Demonstrações do resultado (superávit/ déficit)

QUADRO 3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

QUADRO 4 – Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
RELATÓRIO MG – 2020/130**

**Aos Diretores e Conselheiros
Associação Unificada de Recuperação e Apoio - AURA
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (NBC ITG 2002 R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção para a nota explicativa Nº 15b às demonstrações financeiras que menciona que a Entidade celebrou o convenio 558/2010 no valor de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) junto ao Estado de Minas Gerais, cujo objeto é a transferência de recursos públicos para construção da Casa de Apoio da Entidade. A prestação de contas foi realizada no exercício de 2016 e está sob análises da SEDESE – Secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social que vem solicitando informações adicionais na prestação de contas. Com base em estudos internos, a Administração estimou e provisionou o valor de R\$ 80.000 (oitenta mil reais) que poderá ter que devolver ao Estado. A Administração declarou não ter ciência do desfecho da análise da prestação de contas até a data desse relatório. Portanto, não é possível afirmar se o valor de provisão para devolução de recursos é suficiente ou não. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ora apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 01 de março de 2019, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras e ênfase em relação ao mesmo assunto descrito no parágrafo “Ênfase”.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (NBC ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2020.



Gilberto Galinkin

Contador CRC/MG - 035.718/O-8

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes

CRC/MG - 005.455/O-1

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em reais)

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018		Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018	
<u>ATIVO</u>				<u>PASSIVO</u>				
CIRCULANTE				CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	4	717.120	315.566	401.554	Financiamentos com pessoas ligadas	9	246.000	-
Adiantamentos	5	36.912	8.512	28.400	Fornecedores	10	170.605	41.495
Tributos a recuperar/compensar	6	9.151	9.002	149	Salários e encargos sociais	12	298.859	385.284
Total do ativo circulante		763.183	333.080		Impostos a recolher	13	14.808	18.131
					Parcelamentos	14	17.521	32.753
					Total do passivo circulante		747.793	477.663
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE				
Imóveis destinados a venda	7	6.310.000	6.310.000	-	Empréstimos com pessoas ligadas	11	1.589.394	1.644.004
Imobilizado	8	6.171.013	5.074.261	1.096.752	Parcelamentos	14	105.965	129.767
Total do ativo não circulante		12.481.013	11.384.261	1.096.752	Financiamentos com pessoas ligadas	9	779.000	-
					Provisão para riscos	15	80.000	118.500
					Total do passivo não circulante		2.554.359	1.892.271
					PATRIMÔNIO LIQUIDO			
					Patrimônio social	16.a	6.087.408	6.329.167
					Ajuste de Avaliações Patrimoniais	16.b	3.260.000	3.260.000
					Superávit (déficit) acumulado		594.636	(241.760)
					Total do patrimônio social		9.942.044	9.347.407
TOTAL DO ATIVO		13.244.196	11.717.341		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO		13.244.196	11.717.341

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em reais)

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	3.908.547	3.208.435
CUSTOS DA OPERAÇÃO	18	<u>(1.870.769)</u>	<u>(1.937.950)</u>
SUPERÁVIT BRUTO		2.037.778	1.270.485
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	19	(1.272.917)	(1.321.716)
Outras receitas (despesas) operacionais		(92.321)	(104.543)
Receitas Financeiras		11.892	7.863
Despesas Financeiras		<u>(89.796)</u>	<u>(93.849)</u>
		(1.443.142)	(1.512.245)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>594.636</u>	<u>(241.760)</u>

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Superávit acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6.030.515	3.260.000	298.652	9.589.167
Aumento do patrimônio social	298.652	-	(298.652)	-
Déficit do exercício		-	(241.760)	(241.760)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	6.329.167	3.260.000	(241.760)	9.347.407
Aumento do patrimônio social	(241.760)	-	241.760	-
Superávit do exercício	-	-	594.636	594.636
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	6.087.408	3.260.000	594.636	9.942.044

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	594.636	(241.760)
Depreciação e amortização	261.449	266.419
Provisão de juros sobre empréstimos	68.691	72.644
Provisão de devolução de convênio	-	118.500
Resultado ajustado	<u>924.776</u>	<u>215.803</u>
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Adiantamento a fornecedores	(28.400)	39.647
Tributos a recuperar	(149)	(130)
Outros créditos	-	8.960
Fornecedores	129.110	(93.551)
Impostos a recolher	(3.323)	(728)
Salários e obrigações sociais	(86.425)	23.349
Parcelamentos	(39.034)	(32.752)
Outras contas a pagar	(38.500)	(67.042)
	<u>(66.721)</u>	<u>(122.247)</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<u>858.055</u>	<u>93.556</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições de ativos imobilizados	(333.201)	(63.017)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	<u>(333.201)</u>	<u>(63.017)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagto empréstimos com pessoas ligadas	(123.300)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	<u>(123.300)</u>	<u>-</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>401.554</u>	<u>30.539</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	315.566	285.027
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	717.120	315.566
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes	<u>401.554</u>	<u>30.539</u>

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA (“Associação”) é uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada no ano de 1998 e qualificada como entidade com título de utilidade pública em âmbito municipal, estadual e federal. A Associação possui registro e certificado de entidade beneficente de assistência social emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. A Associação tem como objetivo global a assistência na recuperação e apoio a crianças e adolescentes portadores de câncer e seus familiares. Na realização de seus projetos mantêm parcerias com governos municipais, empresas privadas e com a sociedade civil organizada.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com os princípios e normas contábeis emanados do Conselho Federal de Contabilidade ITG 2002/2012 – entidades sem finalidade de lucros, aprovadas pela Resolução CFC 1.409/2012 e alterações posteriores do Conselho Federal de Contabilidade, incluindo no que aplicável às alterações introduzidas pela Lei 11.638/07.

2.2 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas e premissas periodicamente, num período não superior a um ano.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional definida pela administração da Entidade. Todas as informações financeiras foram arredondadas na casa dos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 19 de outubro de 2020.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras que sejam de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes.

b. Demais ativos circulantes e não circulantes

Apresentados aos valores de custo ou realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

c. Propriedade para Investimento

A propriedade para investimento é mantida para valorização e são mensuradas ao valor justo. O valor justo da propriedade para investimento, foi apurado por meio de Laudo de Avaliação por perito independente, com base nas avaliações de mercado.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação, quando aplicável. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado.

d. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (impairment), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica desses bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente

no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

e. Empréstimos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos.

f. Provisões

Uma provisão é constituída, em função de evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas de acordo com os contratos vigentes.

h. Resultado

As receitas e as despesas são registradas conforme o período de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

i. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Entidade, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações financeiras, são incluídas diversas estimativas referentes a ajustes a valor presente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do ativo imobilizado e provisões necessárias para passivos contingentes, para calcular projeções a fim de determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível, bem como a determinação de provisão para imposto de renda. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	8.058	13.372
Bancos	208.293	16
Aplicações financeiras (a)	500.769	302.178
	<u>717.120</u>	<u>315.566</u>

- a) As aplicações financeiras são consideradas como equivalente de caixa por serem de liquidez imediata e não apresentam risco de perda de valor significativo no momento de seu resgate.

5. ADIANTAMENTOS

Os saldos de adiantamentos referem-se basicamente aos adiantamentos a funcionários que são montantes pagos de forma antecipada, essencialmente, a funcionários envolvidos nas atividades da Entidade.

A posição dos adiantamentos em 31 de dezembro de 2019 estava assim representada:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Adiantamentos a funcionarios	36.912	8.512
	<u>36.912</u>	<u>8.512</u>

6. TRIBUTOS A RECUPERAR/ COMPENSAR

Os saldos de tributos a compensar estão assim compostos:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	9.151	9.002
	<u>9.151</u>	<u>9.002</u>

7. IMOVEIS DESTINADOS A VENDA

Em 17 de abril de 2001 a Prefeitura Municipal de Juatuba – MG doou terreno para a Entidade cujo objeto era exclusivamente a construção de um hospital voltado para o tratamento de crianças portadoras de câncer, denominado *Hospital do Câncer Infantil de Minas Gerais*, conforme Lei nº 436, de 5 de janeiro de 2001.

Com a construção do hospital em andamento a Prefeitura Municipal de Juatuba – MG entendeu que a Entidade não atendeu os prazos acordados para conclusão da obra e início das atividades e impetrou com o processo nº 0171969-48.2007.8.13.0407 cujo objetivo era reaver o terreno doado à entidade.

Por decisão judicial de abril de 2014, foi desmembrado o terreno sendo dividido em glebas ficando parte para a entidade e parte para a prefeitura de Juatuba – MG. Assim à entidade tomou posse do terreno e da construção que estava sendo construída. Ainda no exercício de 2014, por decisão dos conselheiros em assembleia geral, foi definido a futura negociação do terreno e suas respectivas edificações.

Esta propriedade destinada a venda foi avaliada pelo seu valor justo conforme Laudo de Avaliação Patrimonial realizada por perito independente conforme premissas de mercado.

No exercício de 2019 o perito independente formalizou documento que consta aumento nos valores em R\$ 1.113.000,00 os valores de mercado do terreno e edificações em comparação com 2018.

O saldo referente a imóveis destinados a venda está assim composto:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Terreno Gleba 04 - A1	1.415.156	1.224.308
Terreno Gleba 04 - A2	2.514.844	2.175.692
Edificações	3.493.000	2.910.000
	<u>7.423.000</u>	<u>6.310.000</u>

8. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2019 é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Entidade e está demonstrado como segue:

<u>Decrição</u>	<u>Taxa de Depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 31/12/2019</u>
Móveis e Utensílios	10% a.a.	458.644	-	115.772	574.416
Veículos	20% a.a.	214.151	(18.235)	-	195.916
Computadores e periféricos	20% a.a.	115.507	-	8.313	123.820
Máquinas e equipamentos	20% a.a.	98.101	-	209.116	307.217
Edificações	25% a.a.	5.120.024	-	-	5.120.024
Terrenos	0% a.a.	-	-	1.025.000	1.025.000
Outras Imobilizações	10% a.a.	5.848	-	-	5.848
		6.012.275	(18.235)	1.358.201	7.352.241
(-) Deprec. Móveis e Utensílios		(221.885)	-	(43.921)	(265.806)
(-) Deprec. Veículos		(174.030)	18.235	-	(155.795)
(-) Deprec. Computadores		(115.506)	-	(579)	(116.085)
(-) Deprec. Máquinas e equipamentos		(43.427)	-	(11.563)	(54.990)
(-) Deprec. Outras Imobilizações		(5.263)	-	(585)	(5.848)
(-) Deprec. Edificações		(377.903)	-	(204.801)	(582.704)
		(938.014)	18.235	(261.449)	(1.181.228)
		5.074.261	-	1.096.752	6.171.013

<u>Decrição</u>	<u>Taxa de Depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>
Móveis e Utensílios	10% a.a.	426.278	-	32.367	458.645
Veículos	20% a.a.	214.151	-	-	214.151
Computadores e periféricos	20% a.a.	115.506	-	-	115.506
Máquinas e equipamentos	20% a.a.	67.452	-	30.649	98.101
Edificações	25% a.a.	5.120.024	-	-	5.120.024
Outras Imobilizações	10% a.a.	5.848	-	-	5.848
		5.949.259	-	63.016	6.012.275
(-) Deprec. Móveis e Utensílios		(177.919)	-	(43.753)	(221.672)
(-) Deprec. Veículos		(164.000)	-	(10.030)	(174.030)
(-) Deprec. Computadores		(115.968)	462	-	(115.506)
(-) Deprec. Máquinas e equipamentos		(35.929)	-	(7.498)	(43.427)
(-) Deprec. Outras Imobilizações		(4.678)	-	(798)	(5.476)
(-) Deprec. Edificações		(173.102)	-	(204.801)	(377.903)
		(671.596)	462	(266.880)	(938.014)
		5.277.663	462	(203.864)	5.074.261

9. FINANCIAMENTOS COM PESSOAS LIGADAS

Em 01 de novembro de 2019 foi firmado o contrato de compra dos terrenos onde é a sede da instituição, anteriormente existia um contrato de comodato dos terrenos em nome de Luiz Antônio de Senna Lima e José Gustavo de Mattos Gatti no valor total de R\$ 1.025.000,00 sendo R\$ 512.500,00 devidos a Luiz Antônio de Senna Lima e R\$ 512.500,00 devidos a José Gustavo de

Mattos Gatti, sendo 50 as parcelas. As 25 primeiras parcelas devidas a Luiz Antônio com início no dia 12/02/2020 e as 25 restantes devidas a José Gustavo Gatti com início no dia 12/03/2022:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Luiz Antônio de Senna Lima	512.500	-
José Gustavo de Mattos Gatti	512.500	-
	<u>1.025.000</u>	<u>-</u>

10. FORNECEDORES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores de serviços administrativos	3.729	3.341
Fornecedores de serviços publicitários	27.885	27.885
Fornecedores de máquinas, veículos	-	8.227
Fornecedores de materiais e serviços para construção	138.991	2.042
	<u>170.605</u>	<u>41.495</u>

As obrigações com fornecedores são decorrentes basicamente do fornecimento de serviços necessários às atividades da Entidade.

11. EMPRÉSTIMOS COM PESSOAS LIGADAS

Os empréstimos junto a pessoas ligadas apresentam os seguintes saldos:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
José Gustavo de Mattos Gatti	1.574.760	1.510.450
Luiz Antonio de Senna Lima	14.634	133.554
	<u>1.589.394</u>	<u>1.644.004</u>

Refere-se a captação de recursos de empréstimos junto a conselheiros da entidade. Estes empréstimos são atualizados pela variação da caderneta de poupança do período.

12. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

O saldo de obrigações trabalhistas está assim representado:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários a pagar	102.086	159.826
Provisões para férias e 13º salário	169.230	199.796
Encargos sobre a folha de pagamento	27.543	25.662
	<u>298.859</u>	<u>385.284</u>

13. IMPOSTOS A RECOLHER

Essas obrigações referem-se basicamente às retenções tributárias de serviços prestados à Entidade e podem ser assim resumidas:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRRF	7.052	6.513
PIS	2.534	2.454
ISS	501	592
Outros tributos	4.721	8.572
	<u>14.808</u>	<u>18.131</u>

14. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS

Os saldos dos parcelamentos estão compostos conforme demonstramos a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Parcelamento INSS (a)	528	6.868
Parcelamento Refis cod 4720 (b)	44.862	54.475
Parcelamento Refis cod 4737 (c)	78.096	85.474
Parcelamento Refis cod 4750 (d)	-	15.703
	<u>123.486</u>	<u>162.520</u>
Passivo Circulante	17.521	32.753
Passivo Não Circulante	105.965	129.767
	<u>123.486</u>	<u>162.520</u>

- a) Parcelamento realizado em 26/02/2015 junto a Receita Federal em 60 parcelas, restando 1 parcelas a serem liquidadas, sendo as mesmas atualizadas pela SELIC.
- b) Parcelamento realizado em 25/08/2014 junto a Receita Federal referente a débitos previdenciários – PGFN lei 12.996/2014 e consolidado em 12/07/2016 em 98 parcelas, restando 26 parcelas a serem liquidadas, sendo as mesmas atualizadas pela SELIC.
- c) Parcelamento realizado em 25/08/2014 junto a Receita Federal referente à Receita dívida Ativa com PIS, IRRF pessoa física e jurídica. Consolidado em 14/09/2015 em 180 parcelas, restando 117 parcelas a serem liquidadas, sendo as mesmas atualizadas pela SELIC.
- d) Parcelamento realizado em 25/08/2014 junto a Receita Federal referente à IRRF, PIS sobre folha de pagamento, e IRRF sobre aluguéis. Consolidado em 14/09/2015 em 61 parcelas, foi concluído em 19/11/2019.

15. PROVISÃO PARA RISCOS

No final do exercício de 2019, a Entidade possui provisão para contingências no montante de R\$80.000 (R\$118.500 em 2018) de discussões de natureza cível, conforme apresentado abaixo:

- a) O Convênio 847\2008 foi firmado com a Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais – SES com o objeto de compra de roupas de cama para a Entidade. A prestação de contas foi analisada em 2018 e julgada improcedente por compras realizadas não pactuadas no convênio (cesta básica). A SES notificou a Entidade para a devolução de parte do valor conveniado. A Entidade entrou com pedido de reconsideração e aguarda resposta da SES. Após análise do pedido a SES a Entidade devolveu a Secretária o montante de R\$ 61.296,12 sendo dia 23/01/2019 R\$ 29.743,47 e no dia 24/12/2019 R\$ 31.552,65;
- b) O Convênio 558\2010 foi firmado com a Secretaria da Saúde do Estado de Minas Gerais – SES para construção de um prédio de 12 andares, no valor de R\$2.000.000, localização da Casa Aura. O referido convênio foi firmado em junho de 2010 e teve o prazo de 01 ano. A prestação de contas apresentada no exercício de 2016 pela Entidade, vem sendo analisada pela Secretaria que está solicitando informações adicionais para ser complementada. A administração realizou estudo interno e estimou que poderá ter que devolver recursos para o Estado em montante não superior a 4% do valor recebido, motivo pelo qual optou-se pela provisão para fazer face às estimativas internas no montante de R\$80.000. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a Administração não tem conhecimento em relação ao desfecho desse assunto.

A Entidade não apresenta riscos de perdas possíveis de natureza cível, trabalhista e tributário.

16. PATRIMÔNIO SOCIAL

a) Patrimônio Social

Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica “Superávit/Déficit acumulado”, enquanto não aprovados pela Assembleia Deliberativa e, após a sua aprovação, são transferidos para a conta de Patrimônio Social.

O patrimônio social da Entidade em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 11.055.044, representa o montante inicial aportado para início das atividades da Entidade, sendo aumentado ou reduzido anualmente em função do superávit ou déficit apurado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os resultados apurados foram, respectivamente, superávit de R\$ 594.636 e déficit de R\$ 241.760.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Essa rubrica representa a contrapartida do aumento dos imóveis destinados a venda decorrente da atualização pelo valor justo do terreno e edificação.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Entidade realiza captação de recursos essencialmente através de doações sem finalidade específica de pessoas físicas e jurídicas. Estas doações são obtidas através das atividades de telemarketing, doações por meio de contas de energia, telefone, convênios e depósitos bancários realizados diretamente em contas bancárias da Associação.

Os saldos recebidos a título de doação, e que compõem a receita operacional da Associação em 2019 e 2018, são apresentados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Contribuições de Associados	-	7.600
Donativos Recebidos de Pessoas Físicas sem Fim Especifico	3.349.580	3.097.140
Donativos Recebidos de Pessoas Jurídica sem Fim Especifico	17.746	23.821
Convênios e Projetos	541.220	-
Secretaria do Estado Desenvolvimento Social - SEDESE	-	79.874
	3.908.547	3.208.435

18. CUSTOS DA OPERAÇÃO

Apresentamos a seguir a composição das despesas e dos custos por natureza:

	31/12/2019	31/12/2018
Casa de Apoio - Gastos com Pessoal	744.718	619.497
Casa de Apoio - Viagens e representações	18.450	4.518
Casa de Apoio - Despesas operacionais	541.948	525.854
Telemarketing - Gastos com Pessoal	445.967	693.229
Telemarketing - Despesas operacionais	119.686	94.852
	1.870.769	1.937.950

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas estão demonstradas da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas - Administração Gastos com Pessoal	954.687	787.135
Despesas - Administração Aluguéis	510	8.109
Despesas - Administração Despesas Operacionais	304.447	521.077
Despesas - Taxas, Impostos e Contribuições	13.273	5.395
	1.272.917	1.321.716

20. CUSTO DE ISENÇÃO USUFRUÍDA

Para atender os requisitos da legislação pertinente, os valores relativos às isenções previdenciárias usufruídas, como se devidas fossem, durante o exercício de 2019, sendo estes valores registrados e controlados em cotas de resultado estão assim demonstrados;

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imunidade INSS - Cota Patronal	343.032	331.621
Imunidade INSS - Terceiros	99.244	96.170
Imunidade INSS - Rat	25.727	24.872
	<u>468.003</u>	<u>452.663</u>

21. PROJETOS DE ASSISTENCIA SOCIAL

Benefícios – Assistência Social

No atendimento ao dispositivo no artigo 18 da Lei 12.101/09, a entidade até 31 de dezembro de 2019, através dos seus projetos concedeu em alimentação, remédios, salários, encargos sociais, água, energia elétrica e outros. Um total de R\$ 1.305.117. (um milhão trezentos e cinco mil, cento e dezessete reais).

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesa - Pessoal Casa de apoio	625.807	538.907
Despesa - Encargos s\folha de pagamento	118.912	80.590
Despesas - Alimentação	154.100	60.766
Despesas - Fármacia	25.600	24.957
Despesas - Telefone	28.396	10.234
Despesas - Manutenções	48.297	9.497
Despesas - Seguros	25.193	12.603
Despesas - Serviços de terceiros	79.374	40.083
Despesas - Materiais de consumo	50.148	19.302
Despesas - Alugueis	0	4.264
Despesas - Conduções e transportes	2.211	4.518
Despesas - Combustíveis	19.700	12.936
Despesas - Uniformes	7480,4	967
Despesas - Energia elétrica e água	51.787	47.592
Despesas - Cursos e congressos	22.217	44
Despesas - Outros	45.895	16.191
	<u>1.305.117</u>	<u>883.451</u>

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade possuía instrumentos financeiros representados substancialmente, por caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a pagar e empréstimos. Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial findo naquela data aproximam-se do valor de mercado, estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações dos juros atualizados até a data do balanço.

23. SEGUROS – NÃO AUDITADO

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir 100% de eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

24. FILANTROPIA

A entidade Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA obteve deferimento da renovação de seu Certificado de Instituição Beneficente de Assistência Social, publicado no Diário Oficial da União nº 145, em 30 de julho de 2018 com vigência de 24 de janeiro de 2019 à 23 de janeiro de 2022

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

No final de 2019 com reflexos para 2020 o mundo deparou com uma pandemia, o COVID-19 e só começou a ter medidas em abril/2020, a pandemia não gerou um impacto expressivo na instituição, uma vez que as arrecadações não tiveram reduções expressivas no período, houve medidas de parte da administração em suspender e redução do contrato de funcionários com base na MP 936, entre outras medidas como a antecipação de férias de funcionários e isolamento dos acolhidos e limitações por parte dos colaboradores. Devido a pandemia a prestação de contas foi prejudicada, e se estendeu ao longo de 2020. Não houve manifestação da Administração pública em relação a prestação de contas do Convenio 558/2010.

* * *